



NOTA TÉCNICA

A Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) realizou verificação *in loco* da situação e necessidades das 283 (duzentos e oitenta e três) escolas indígenas da Rede Estadual de Ensino, tendo em vista o atendimento ao aluno em conformidade com as especificidades de cada povo e visando indicar as intervenções que se fazem necessárias para efeito de planejamento das ações da educação indígena no Estado para o semestre letivo do ano em curso, bem como para o biênio 2017-2018.

A ação ocorreu em duas etapas:

I Etapa: de 01 a 21 de maio de 2016 (URE de Barra do Corda);

II Etapa: de 19 de junho a 13 de julho de 2016 (UREs de Barra do Corda, Imperatriz, Santa Inês e Zé doca).

Como resultado do trabalho realizado foram identificadas as seguintes situações e levantados os dados que seguem:

- **PLANO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MARANHÃO:** será construído em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) que coordena a Comissão Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (COEPI-MA) e com incentivo financeiro do Ministério da Educação. A Secretaria de Estado da Educação, que possui assento na referida comissão, já promove ações com vistas a direcionar tal discussão a partir da valorização e preservação das especificidades e diversidades dos povos indígenas do Estado para o fortalecimento da oferta do ensino nas comunidades. Sendo assim, garante apoio, através de bolsas, para acadêmicos indígenas maranhenses que estudam na Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como estabeleceu parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), financiando Licenciatura Intercultural Indígena, recentemente iniciada;

- **CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES:** a SEDUC mantém 744 (setecentos e quarenta e quatro) professores contratados em exercício e abrirá novo processo seletivo para a contratação de mais 300 (trezentos) docentes para atuarem a partir do mês de setembro, totalizando 1.044 (mil e quarenta e quatro) profissionais do magistério;

- **MERENDA ESCOLAR:** os recursos federais para a compra dos gêneros alimentícios que compõem o cardápio das escolas indígenas estão disponíveis para tal fim. A última ação de distribuição da alimentação, organizada pela Secretaria de



Estado da Educação, não logrou total êxito diante da detenção de três servidores, que passaram 05 (cinco) dias na aldeia Ciberino, localizada no município de Arame. Após diálogo da SEDUC com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), visando uma melhor articulação das ações diretas nas aldeias, decidiu-se pela retomada dos trabalhos de distribuição da alimentação escolar a partir do mês de setembro;

- TRANSPORTE ESCOLAR: a ação de mapeamento, realizada pela SEDUC, que fundamenta esta nota técnica levantou 19.498 (dezenove mil quatrocentos e noventa e oito) matrículas indígenas, 744 (setecentos e quarenta e quatro) professores contratados em exercício e 5.294 (cinco mil duzentos e noventa e quatro) alunos que necessitam do atendimento de transporte escolar. Cabe ressaltar que no ano de 2015 as comunidades indígenas demandaram para a Secretaria de Estado de Educação o total de 14.535 (quatorze mil quinhentos e trinta e cinco) alunos para serem atendidos por transporte escolar, sendo que em 2016 a demanda apresentada foi de 8.639 (oito mil seiscentos e trinta e nove) e a verificada pela equipe da SEDUC, a partir do referido mapeamento, foi de 5.294 (cinco mil duzentos e noventa e quatro) alunos que necessitam deste serviço. Diante dos dados apresentados em relatório pela Supervisão de Educação Escolar Indígena, serão iniciados os procedimentos para processo licitatório e devida contratação dos serviços, reestabelecendo de maneira segura o deslocamento dos estudantes matriculados.

Os diálogos com as comunidades indígenas do Estado do Maranhão, coordenados pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), através da Comissão Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (COEPI-MA), seguem de maneira permanente e transparente com a devida participação da Secretaria de Estado da Educação para, dentre outras demandas, efetivar a construção da política estadual de educação indígena. Igualmente, a SEDUC seguirá acompanhando as unidades escolares sob sua gestão com vistas a subsidiar condições de ensino e de aprendizagem para os alunos, buscando também dirimir as inconsistências existentes entre matrícula real e dados Censo Escolar. Tudo isso para garantir o bom funcionamento das escolas e melhoria dos índices educacionais.